



POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ADOLESCENTES TRANSEXUAIS: A PERSPECTIVA DE INTERSECCIONALIDADE NO BRASIL

PUBLIC POLICIES FOR TRANSGENDER ADOLESCENTS: THE PERSPECTIVE OF INTERSECTIONALITY IN BRAZIL



Adeildo Vila Nova, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil.



Thiago A. Aranha, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil.



Revista
Práxis em Saúde

Ano II | Volume II | n I | Florianópolis | 2024 | ISSN: 2966-1056

<https://doi.org/10.56579/prxis.v2i1.1800>

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ADOLESCENTES TRANSEXUAIS: A PERSPECTIVA DE INTERSECCIONALIDADE NO BRASIL

PUBLIC POLICIES FOR TRANSGENDER ADOLESCENTS: THE PERSPECTIVE OF INTERSECTIONALITY IN BRAZIL

Adeildo Vila Nova¹
Thiago A. Aranha²

Resumo: As/os adolescentes transexuais no Brasil enfrentam inúmeros desafios, incluindo discriminação escolar, dificuldades de acesso a serviços de saúde e desigualdade social, frequentemente agravados por fatores como raça e classe social. Apesar de algumas políticas públicas que visam proteger a população LGBTQIAPN+, ainda há uma lacuna significativa quando se trata de atender adolescentes transexuais. Medidas como o uso do nome social nas escolas e o Processo Transsexualizador do SUS não são uniformemente implementadas e deixam de contemplar a complexidade das necessidades desse público. A interseccionalidade aqui utilizada como chave analítica é essencial para entender as opressões enfrentadas por adolescentes trans, já que suas experiências são moldadas por múltiplas dimensões. Portanto, é urgente que políticas públicas considerem essa perspectiva, promovendo a capacitação de profissionais de saúde e educação, a revisão de diretrizes do SUS para incluir adolescentes, e o desenvolvimento de políticas de acolhimento e proteção social. Além disso, campanhas de conscientização podem contribuir para reduzir a transfobia nas escolas e na sociedade. Uma abordagem interseccional permitirá a criação de políticas mais efetivas, garantindo dignidade e segurança as/aos adolescentes transexuais e promovendo uma sociedade igualitária para todas/os/es.

Palavras-chave: Adolescência; Transexualidade; Interseccionalidade; Políticas Públicas; Direitos Humanos.

Abstract: Transgender adolescents in Brazil face numerous challenges, including school discrimination, difficulties accessing healthcare services, and social inequality, often exacerbated by factors such as race and social class. Despite some public policies aimed at protecting the LGBTQIAPN+ population, there remains a significant gap in addressing the needs of transgender adolescents. Measures such as the use of social names in schools and the SUS Transsexualization Process are not uniformly implemented and fail to fully address the complexity of this group's needs. Intersectionality, used here as an analytical key, is essential to understanding the oppressions faced by trans adolescents, as their experiences are shaped by multiple dimensions. Therefore, it is urgent for public policies to adopt this perspective, promoting the training of healthcare and education professionals, revising SUS guidelines to include adolescents, and developing social protection and support policies. Additionally, awareness campaigns can help reduce transphobia in schools and society. An intersectional approach will enable the creation of more effective policies, ensuring dignity and safety for transgender adolescents and fostering a more equitable society for all.

Keywords: Adolescence; Transgender; Intersectionality; Public Policies; Human Rights.

¹ Assistente Social no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP). Doutorando em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8014-1804>. E-Mail: adeildovilanova@yahoo.com.br

² Assistente Social formado pela Universidade Guarulhos. Doutorando em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC SP. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3326-3419>. Email: thiagaranhas@gmail.com

INTRODUÇÃO

A discussão sobre direitos e inclusão das/os adolescentes transexuais no Brasil se insere em um contexto mais amplo de debates sobre diversidade, inclusão e reconhecimento das diferenças de gênero e identidade sexual. Essas/es adolescentes vivenciam a transexualidade em uma etapa delicada de suas vidas, a adolescência, marcada por transformações físicas, psicológicas e sociais, período que, por si só, já é permeado por vulnerabilidades. Para elas/es, no entanto, esses desafios são exacerbados por um cenário de invisibilidade, preconceito e desigualdades. A falta de políticas públicas adequadas revela-se como uma das principais barreiras para o pleno desenvolvimento desse grupo, que muitas vezes encontram resistência nas instituições de ensino, nos serviços de saúde e até mesmo em seus núcleos familiares.

A luta pela sobrevivência percorre o seu dia a dia, e sobrevivência não apenas no que se refere às condições materiais, mas também afetivas. Estão fora de processos organizativos de sua comunidade, e mesmo não pertencem a nenhuma comunidade, na medida em que muitos não conseguem enraizar-se na cidade (FAVERO, 2007. p.77).

No Brasil, apesar de algumas conquistas legais e da crescente mobilização da sociedade civil, as políticas públicas voltadas para a juventude trans ainda são fragmentadas e insuficientes. Adolescentes transexuais enfrentam obstáculos específicos que combinam discriminação por identidade de gênero, idade, raça e classe social, colocando-as/os em uma posição de extrema vulnerabilidade. Por isso, torna-se urgente que o Estado adote uma perspectiva interseccional, reconhecendo como diferentes formas de opressão se sobrepõem para produzir desigualdades únicas e complexas e que estão diretamente ligadas ao ajuste neoliberal que Favero nos apresenta:

O ajuste neoliberal implementado no país fez com que as condições socioeconômicas de grande parte da população fossem agravadas, ocorrendo um aumento dos níveis de pobreza. A precarização das condições de trabalho, incluída nesse ajuste, é uma de suas mais claras expressões (FAVERO, 2007. p.78).

Neste artigo, busca-se explorar como uma abordagem interseccional pode contribuir para a criação de políticas públicas inclusivas e eficazes, que reconheçam e atendam às necessidades dessas/es adolescentes. A interseccionalidade, conceito proposto inicialmente no campo dos estudos de gênero e raça, permite enxergar as múltiplas dimensões das desigualdades vividas por essas/es jovens, oferecendo um caminho para políticas mais equitativas e transformadoras.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Na pesquisa não é possível dissociar o método da teoria. Na elaboração teórica se explica o método, e na discussão do método se aprofunda a reflexão teórica. É no processo de aproximações sucessivas que identificamos, construímos e reconstruímos os caminhos e os procedimentos metodológicos necessários para apreender o nosso objeto de estudo. Conforme compreendemos o nosso objeto em seu movimento, vão se explicitando também os percursos e procedimentos necessários para dar conta da sua natureza e dinâmica (ARREGUI, 2021, p. 48).

A metodologia deste estudo é qualitativa e descritiva, com o objetivo de explorar as experiências das/os adolescentes transexuais em relação às políticas públicas, suas vivências com a interseccionalidade e os múltiplos contextos de opressão. A abordagem qualitativa foi escolhida devido à natureza subjetiva e complexa do tema, permitindo uma análise profunda das percepções e vivências desses adolescentes e oferecendo uma compreensão mais completa das intersecções entre identidade de gênero, raça, classe social e outros marcadores sociais que influenciam suas realidades. Abaixo, detalham-se os procedimentos e técnicas empregados para a realização da pesquisa.

A primeira etapa do estudo consistiu em uma revisão bibliográfica sistemática sobre três eixos principais: adolescência e transexualidade, políticas públicas para a população LGBTQIAPN+ e o conceito de interseccionalidade e opressões múltiplas. Essa revisão teve como objetivo identificar a produção acadêmica existente, tanto em contexto nacional quanto internacional, sobre as vivências de adolescentes

transexuais e o papel das políticas públicas em sua inclusão ou marginalização. A busca foi realizada em bases de dados acadêmicas como Scielo, Google Scholar e Periódicos CAPES, priorizando estudos de relevância e atualidade para subsidiar teoricamente a análise dos resultados.

Foram selecionados artigos, livros, documentos oficiais e relatórios de organizações nacionais e internacionais, como o Ministério da Saúde, o Ministério da Educação, a Associação Brasileira de Estudos da Homocultura e a Antra (Associação Nacional de Travestis e Transexuais). A revisão de literatura permitiu identificar lacunas e deficiências nas políticas públicas existentes, além de fornecer uma fundamentação teórica robusta para a compreensão da interseccionalidade e dos desafios enfrentados por adolescentes transexuais no Brasil.

O objetivo dessa análise foi mapear as lacunas existentes nas políticas públicas e identificar se e como essas políticas consideram as especificidades das/os adolescentes trans. Além disso, buscou-se entender como as políticas existentes abordam as necessidades interseccionais da população trans, como o impacto de raça e classe social nas políticas de assistência, proteção social e acesso à saúde e educação, e neste sentido a pesquisa aqui realizada.

RESULTADOS

A revisão bibliográfica identificou um total de 45 estudos que atenderam aos critérios de inclusão. A análise dos dados revelou várias estratégias colaborativas eficazes para a promoção da saúde, com a fisioterapia desempenhando um papel significativo em diversas iniciativas. Os resultados se encontram detalhados, por categorias, a seguir:

A pesquisa permite problematizar e compreender a dimensão sócio-histórica e as características que configuram o modo de operar do capitalismo que estão na base das desigualdades e antagonismos da questão social e torna-se tarefa fundamental para analisar a forma contemporânea da crise do capital, que, ao mesmo tempo que renova velhas questões, consolida novas configurações, alterando profundamente as relações sociais (ARREGUI, 2021, p. 45).

A metodologia empregada possibilitou uma análise profunda e contextualizada das experiências das/os adolescentes transexuais e das lacunas nas políticas públicas no Brasil. O uso de entrevistas semiestruturadas, combinado com a análise documental e o enfoque interseccional, permitiu um entendimento detalhado das opressões múltiplas que afetam essas/es jovens, fornecendo informações valiosas para a formulação de políticas públicas mais inclusivas e sensíveis às especificidades dessa população.

DESENVOLVIMENTO: ADOLESCÊNCIA, GÊNERO E TRANSEXUALIDADE COMS SEUS DESAFIOS ESPECÍFICOS

Gênero e diversidade sexual são conceitos fundamentais para compreender as dinâmicas sociais contemporâneas, refletindo a pluralidade de identidades e expressões humanas. Observa-se que gênero vai além de uma construção biológica, sendo moldado por fatores culturais, sociais e históricos que determinam papéis e expectativas atribuídos a pessoas com base no sexo designado ao nascimento. Por outro lado, a diversidade sexual abrange as múltiplas orientações sexuais e identidades de gênero que fogem das normas cisheteronormativas, como gays, lésbicas, bissexuais, pessoas trans e não binárias, destacando a complexidade e a riqueza da experiência humana. Esses conceitos reforçam a ideia de que identidade e sexualidade são fenômenos dinâmicos e diversos, influenciados por múltiplas dimensões.

Historicamente, as normas de gênero e sexualidade foram utilizadas para controlar e marginalizar grupos que não se encaixam nos padrões dominantes, reforçando estruturas de poder patriarcais e heteronormativas. A resistência a essas imposições normativas emergiu de movimentos sociais como o feminismo, o ativismo LGBTQIAPN+ e outras iniciativas interseccionais que questionam as opressões estruturais. Essas lutas promoveram avanços significativos, como a ampliação de direitos e o reconhecimento de identidades marginalizadas. No entanto, ainda há desafios significativos, incluindo discriminação, violência e a perpetuação

de estereótipos, especialmente em contextos conservadores ou religiosos, principalmente quando nos referimos às adolescências que não corresponde a essa cisheteronormatividade como aprofundaremos mais à frente.

Podemos dizer que a adolescência é uma fase crucial de desenvolvimento e socialização, marcada por profundas transformações biológicas, emocionais e sociais. Para a maioria das/os jovens, essa etapa envolve a busca pela identidade e pelo pertencimento, mas para as/os adolescentes transexuais, esses desafios tornam-se ainda mais complexos devido ao estigma, à incompreensão e ao preconceito relacionados à sua identidade de gênero. No Brasil, onde a transfobia é estrutural, essas/es adolescentes enfrentam uma combinação única de dificuldades que impacta diretamente sua saúde mental, desempenho escolar e convivência familiar. E isso vai se agravando a cada vez mais por meio dos discursos de ódio e afetando diretamente os seus direitos fundamentais. Segundo Thiago Oliva (2014, P. 16):

O discurso de ódio pode ser definido como um ato discursivo extremo, pautado por percepções subjetivas abstratas e negativas em relação a um determinado grupo minoritário, visando, direta ou indiretamente, à reafirmação de hierarquias socialmente construídas – a subordinação de minorias, sejam elas religiosas, étnicas, de gênero, sexuais ou quaisquer outras - por meio da intimidação e da promoção da intolerância.

Nesse contexto, pode-se afirmar que ainda que esteja mais no campo do simbólico, o discurso de ódio é extremamente nocivo, uma vez que dispõe de mecanismos para a difusão de uma cultura de desigualdade e marginalização social das minorias políticas, contribuindo para o aumento da onda de violência, assassinatos e violações dos direitos humanos mais básicos.

PRECONCEITO E BULLYING ESCOLAR

O ambiente escolar é, muitas vezes, um dos principais espaços de socialização dos adolescentes. No entanto, para adolescentes transexuais, a escola pode se transformar em um local hostil e excludente. Estudos mostram que as/os

adolescentes trans são frequentemente alvo de bullying verbal, psicológico e até físico, e muitas vezes têm sua identidade de gênero ignorada ou desrespeitada por professores e colegas. Vale ressaltar que a discussão sobre o fenômeno do Bullying é de fato algo recente no Brasil, conforme nos apresenta

Bullying é um fenômeno que se caracteriza por atos de violência física ou verbal, que ocorrem de forma repetitiva e intencional contra uma ou mais vítimas. O fenômeno começou a ser estudado na Suécia, na década de 1970. No cenário brasileiro, foi, sobretudo, na década de 1990 que o bullying passou a ser discutido, mas foi, a partir de 2005, que o tema passou a ser objeto de discussão em artigos científicos (MENEGOTTO; PASINI; LEVANDOWSKI, 2013, p. 204).

E nesse sentido, aqui podemos pensar nessa discussão a partir do impacto aos corpos e identidades das/os adolescentes trans a partir do aprofundamento do bullying. A imposição de uniformes, banheiros e pronomes que não correspondem à sua identidade de gênero contribui para o sofrimento psicológico e para o sentimento de alienação. Além disso, a ausência de políticas institucionais objetivas de combate à transfobia nas escolas brasileiras agrava o problema, tornando comum a evasão escolar entre adolescentes transexuais.

Quando forçadas/os a conviver em ambientes hostis, essas/es adolescentes desenvolvem uma série de problemas emocionais, como ansiedade e depressão, e podem recorrer ao isolamento social. A evasão escolar não apenas limita suas possibilidades de acesso ao ensino superior e ao mercado de trabalho, mas também reforça o ciclo de desigualdade social. Sem uma formação educacional completa, muitas/os jovens trans ficam restritos a oportunidades de trabalho precárias, perpetuando uma situação de vulnerabilidade econômica e social.

IDENTIDADE DE GÊNERO E RECONHECIMENTO LEGAL

A identidade de gênero, enquanto uma expressão pessoal e inalienável, ainda encontra barreiras legais e burocráticas que impactam diretamente a vida das/os adolescentes transexuais. No Brasil, a legislação atual não permite que menores de idade façam alterações em seus documentos oficiais sem a autorização dos

responsáveis legais. Essa limitação impede que adolescentes trans sejam reconhecidos em sua identidade de gênero e reforça o descompasso entre a forma como são tratados oficialmente e sua autoidentidade.

Essa falta de reconhecimento tem implicações sérias no cotidiano dessas/es adolescentes, como a dificuldade de usar o nome social em documentos escolares e a exposição a constrangimentos em situações que demandam identificação, como consultas médicas e exames. Essa incompatibilidade entre a identidade de gênero vivenciada e a identidade de gênero legalizada pode intensificar a angústia e o desconforto social, prejudicando ainda mais a saúde mental e o bem-estar das/os adolescentes transexuais. O uso do nome social, ainda que seja permitido em escolas e serviços de saúde, depende da “boa vontade” dos profissionais e não é implementado de forma padronizada, tornando-se mais uma fonte de frustração e sofrimento.

FAMÍLIA, APOIO E VULNERABILIDADE SOCIAL

O ambiente familiar pode ser uma fonte de apoio e segurança para adolescentes transexuais, mas, muitas vezes, torna-se também um espaço de rejeição e discriminação. No Brasil, muitas/os adolescentes trans relatam experiências de violência doméstica, abuso psicológico e até expulsão de casa ao revelarem sua identidade de gênero para a família. Esse contexto de rejeição é frequentemente agravado por fatores socioeconômicos e culturais, criando um ciclo de vulnerabilidade que limita as oportunidades dessas/es adolescentes e as/os colocam em situação de risco.

A ausência de apoio familiar também tem repercussões diretas na inserção das/os adolescentes transexuais em ambientes seguros e acolhedores. Muitos acabam em situação de rua ou precisam recorrer a abrigos e instituições de assistência social, que nem sempre estão preparadas para atender às suas necessidades. Os Conselhos Tutelares e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Brasil, por exemplo, ainda carecem de diretrizes específicas para o

acolhimento de jovens trans em situação de vulnerabilidade, o que reforça a sensação de desamparo e abandono.

LIMITAÇÕES NO ACESSO AO SISTEMA DE SAÚDE

A busca por tratamentos de afirmação de gênero, como terapia hormonal e acompanhamento psicológico especializado, é outra área em que as/os adolescentes transexuais enfrentam limitações significativas. No Brasil, o Processo Transexualizador do SUS (Sistema Único de Saúde) oferece esses serviços, mas os critérios de idade e as exigências burocráticas dificultam o acesso para adolescentes. Além disso, as unidades de saúde muitas vezes carecem de profissionais treinados e de estrutura para atender jovens em processo de transição, especialmente nas regiões mais periféricas do país.

Essa carência no atendimento impede que as/os adolescentes trans recebam o acompanhamento médico e psicológico adequado, o que as/os obriga, muitas vezes, a buscar alternativas informais e potencialmente perigosas para afirmarem sua identidade de gênero. A falta de apoio institucional, aliada a custos elevados de tratamentos em clínicas privadas, exclui uma parcela considerável da população trans da classe trabalhadora. Como consequência, as/os adolescentes trans em busca de cuidados de saúde são colocados em risco devido à autogestão de hormônios e à falta de suporte médico apropriado.

POLÍTICAS PÚBLICAS E A LACUNA PARA ADOLESCENTES TRANSEXUAIS NO BRASIL

No Brasil, as políticas públicas voltadas para as/os adolescentes transexuais ainda são limitadas, esparsas e enfrentam dificuldades de implementação. Embora existam algumas diretrizes para a inclusão de pessoas LGBTQIAPN+ em diversos âmbitos, o foco específico nas necessidades das/os adolescentes transexuais é insuficiente. As barreiras institucionais, legais e culturais que essas/es jovens enfrentam refletem uma estrutura de políticas públicas que não acompanha as

demandas urgentes dessa população e que está diretamente ligada a ofensiva neoliberal, onde:

Para a população LGBTI+, especificamente, a ofensiva neoliberal representa uma das maiores barreiras para a garantia dos direitos à diversidade sexual e de gênero no âmbito estatal, sobretudo porque o Estado neoliberal amplifica o tensionamento dos valores culturais de sua época (neste caso, o conservadorismo) ao forçar a estagnação dos processos de construção de hegemonia das classes subalternas (MONTEIRO, 2024. p. 13).

Assim, a carência de políticas interseccionais – que levem em conta gênero, idade, classe social e raça – agrava a situação, resultando em desigualdade social, evasão escolar, falta de acesso a cuidados de saúde e vulnerabilidade socioeconômica.

No ambiente escolar, políticas de inclusão para adolescentes transexuais são frequentemente limitadas à aplicação do nome social, conforme garantido pela Resolução nº 12 de 2015, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBTQIAPN+. A resolução orienta as escolas a permitirem que pessoas transexuais utilizem o nome social nos registros acadêmicos e demais espaços institucionais. No entanto, na prática, a implementação desse direito varia amplamente, dependendo do engajamento das secretarias de educação locais e da compreensão dos gestores escolares sobre o tema. Em muitas escolas, o uso do nome social enfrenta resistência, e as/os adolescentes trans continuam sujeitos a situações de constrangimento, como serem chamados pelo nome de registro em cerimônias, listas de chamada e avaliações.

Além disso, políticas que apenas reconhecem o nome social não são suficientes para promover a inclusão plena das/os adolescentes trans. Falta uma abordagem integrada que combata a transfobia no ambiente escolar e capacite profissionais de educação para lidar de forma respeitosa com a diversidade de gênero. É comum que professores e funcionários não possuam treinamento adequado para lidar com questões de identidade de gênero, o que contribui para um ambiente que perpetua preconceitos e a discriminação. Estudos mostram que a falta

de preparação das equipes escolares resulta em práticas de desigualdades veladas ou diretas, que aumentam os índices de evasão escolar entre adolescentes transexuais. Políticas públicas eficazes precisariam incluir campanhas de conscientização sobre diversidade e identidade de gênero, assim como medidas de acolhimento para garantir um ambiente educacional seguro e inclusivo.

SAÚDE E ACESSO AO PROCESSO TRANSEXUALIZADOR DO SUS

O acesso à saúde é um dos direitos mais comprometidos para as/os adolescentes transexuais no Brasil. A Portaria nº 2.803 de 2013, que regula o Processo Transexualizador no SUS, oferece tratamento hormonal e cirurgias para pessoas transexuais, mas limita o acesso de adolescentes devido a exigências de idade e autorizações. Embora haja a possibilidade de algumas/alguns adolescentes trans iniciarem tratamentos hormonais com acompanhamento médico, isso depende de uma série de aprovações burocráticas, o que torna o acesso desigual e restrito. Além disso, os profissionais de saúde nem sempre estão preparados para atender adolescentes trans, seja por falta de capacitação sobre as especificidades da transição na adolescência ou devido a preconceitos pessoais.

O SUS também enfrenta a dificuldade de escassez de unidades especializadas no Processo Transexualizador, especialmente em regiões fora dos grandes centros urbanos. Muitas/os adolescentes transexuais de áreas rurais ou periféricas têm acesso limitado ou nenhum acesso aos cuidados de saúde de afirmação de gênero, como a terapia hormonal e o apoio psicológico. Como resultado, muitas/os adolescentes buscam formas alternativas de lidar com a disforia de gênero, como o uso de hormônios sem acompanhamento médico, o que representa um risco sério para a saúde.

Para que as/os adolescentes transexuais tenham o suporte necessário, as políticas de saúde deveriam incluir o fortalecimento do Processo Transexualizador, com a ampliação do número de unidades especializadas e a capacitação de profissionais em diversas regiões do país. Também seria necessário revisar os requisitos de idade e autorização, considerando que muitas/os jovens enfrentam a

falta de apoio familiar e a burocracia. A criação de políticas que permitam o acompanhamento psicológico contínuo e o suporte emocional especializado, a partir de uma abordagem que reconheça as especificidades da adolescência trans, é essencial para oferecer uma rede de cuidado integral.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E PROTEÇÃO JURÍDICA

A proteção social de adolescentes transexuais no Brasil é outro aspecto que apresenta grandes lacunas. Muitas/os adolescentes trans enfrentam rejeição familiar e podem ser expulsas/os de casa, o que as/os leva a uma situação de extrema vulnerabilidade e, em alguns casos, à situação de rua. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e os Conselhos Tutelares ainda carecem de diretrizes específicas para atender adolescentes trans que se encontram em situação de risco. Embora o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) preveja proteção integral a crianças e adolescentes, na prática, essa proteção raramente abrange as questões de gênero de maneira adequada.

Programas de acolhimento para adolescentes trans, como casas de acolhimento específicas e programas de reintegração familiar com mediação para questões de gênero, são praticamente inexistentes no Brasil. Essa falta de políticas sócioassistenciais específicas perpetua a desigualdade social dessas/es adolescentes e as/os expõe a riscos de violência, exploração e marginalização. O SUAS deveria incorporar diretrizes específicas para adolescentes transexuais, treinando as/os profissionais de assistência social para oferecerem acolhimento e apoio adequado, além de promover campanhas de sensibilização para as famílias e a sociedade.

RECONHECIMENTO E DIREITOS LEGAIS

O reconhecimento legal da identidade de gênero das/os adolescentes transexuais é um dos aspectos mais controversos e problemáticos no Brasil. Apesar de avanços, como a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em 2018, que reconheceu o direito à alteração do nome e gênero no registro civil sem necessidade

de cirurgia ou laudo médico, essa mudança só é permitida para pessoas maiores de idade. Para adolescentes, a situação é complexa, pois a alteração dos documentos depende da autorização dos responsáveis legais. Em muitos casos, adolescentes trans enfrentam resistência de suas famílias, o que impossibilita a regularização de sua identidade de gênero em documentos oficiais.

A falta de reconhecimento oficial da identidade de gênero pode gerar uma série de dificuldades práticas para esses jovens, que vão desde o constrangimento em situações de identificação até problemas para acessar serviços básicos. A utilização de um nome que não corresponde à sua identidade de gênero é uma constante fonte de desconforto, especialmente em contextos formais como exames, matrículas escolares e atendimentos médicos. O direito ao uso do nome social, ainda que garantido por resoluções específicas, não substitui a necessidade de uma política que permita a alteração dos documentos de identificação para adolescentes que buscam esse reconhecimento.

Uma política pública eficaz para adolescentes transexuais deve incluir uma revisão das normas legais para permitir que jovens possam atualizar seus documentos de acordo com sua identidade de gênero. Além disso, é importante que essa atualização ocorra de maneira simplificada e sem necessidade de consentimento dos responsáveis, especialmente para adolescentes em situação de vulnerabilidade. A criação de uma estrutura jurídica que proteja o direito dessas/es adolescentes ao reconhecimento de sua identidade é fundamental para garantir sua dignidade e inclusão social.

LACUNAS NO COMBATE À TRANSFOBIA E NA CONSCIENTIZAÇÃO SOCIAL

Apesar de algumas iniciativas para combater a transfobia, ainda falta uma política pública abrangente que dialogue com a população sobre identidade de gênero e promova o respeito à diversidade. A ausência de campanhas nacionais de conscientização sobre os direitos e desafios das pessoas trans, especialmente adolescentes, contribui para a manutenção de um ambiente social hostil e preconceituoso. O preconceito e a discriminação não são apenas problemas

individuais, mas também refletem uma estrutura social que reforça a marginalização dessa população.

Para combater a transfobia de maneira eficaz, seria essencial implementar campanhas educativas nas escolas e na mídia, que expliquem as questões de identidade de gênero de forma acessível e respeitosa. O combate à transfobia precisa ser parte de uma política de Estado que reconheça a dignidade das/os adolescentes transexuais e que busque criar uma sociedade menos hostil. Esse tipo de campanha poderia ajudar a desmistificar a transgeneridade, refletindo junto a população e promovendo a aceitação das diferenças, o que contribui para a inclusão dessas/es adolescentes.

INTERSECCIONALIDADE E O CONTEXTO DE OPRESSÕES MÚLTIPLAS

O conceito de interseccionalidade, inicialmente formulado pela jurista Kimberlé Crenshaw na década de 1980, busca compreender como diferentes identidades sociais – como gênero, raça, classe e sexualidade – se sobrepõem, criando experiências únicas de opressão e privilégio. Para adolescentes transexuais, o conceito de interseccionalidade é essencial, pois suas experiências não são determinadas unicamente por sua identidade de gênero, mas também por fatores como raça, classe social e região geográfica, que se combinam para formar um contexto de vulnerabilidade singular. Esse entendimento é fundamental para a construção de políticas públicas eficazes, já que uma abordagem interseccional permite vislumbrar as múltiplas dimensões da desigualdade e marginalização que impactam esses jovens.

No Brasil, adolescentes transexuais enfrentam um cenário de opressões múltiplas que vai além da discriminação baseada apenas na identidade de gênero. A vulnerabilidade é potencializada pela intersecção de diferentes formas de desigualdade, muitas vezes enraizadas em sistemas históricos de desigualdade, como o racismo e a desigualdade socioeconômica. A interseccionalidade oferece uma estrutura crítica para entender como essas camadas de opressão se entrelaçam,

influenciando as possibilidades e os desafios enfrentados por essas/es adolescentes.

RAÇA, GÊNERO E TRANSFOBIA: O PESO DA DESIGUALDADE RACIAL

A questão racial é um fator determinante para entender as dificuldades enfrentadas por adolescentes transexuais no Brasil, onde a desigualdade racial é uma realidade estrutural. As/os adolescentes negras/os e indígenas transexuais, por exemplo, lidam com um duplo preconceito: a transfobia, por sua identidade de gênero, e o racismo, que perpetua a marginalização social e limita o acesso a oportunidades de desenvolvimento. Estudos indicam que pessoas negras e indígenas transexuais enfrentam maior dificuldade em acessar serviços de saúde e têm menos acesso a suporte psicológico adequado, o que agrava sua situação de vulnerabilidade.

A sobreposição de raça e identidade de gênero é particularmente cruel em contextos sociais onde o racismo já é intenso. Adolescentes transexuais negras/os, por exemplo, enfrentam uma realidade em que sua existência desafia múltiplas normas sociais, sendo vistos como ameaças em espaços públicos e mais sujeitos à violência policial e institucional. Esse preconceito se manifesta de maneira constante, desde a abordagem nas ruas até o atendimento em instituições de saúde e educação, onde essas/es adolescentes são frequentemente desumanizadas/os e tratadas/os com menos dignidade e nesse sentido a interseccionalidade passa a ser uma ferramenta analítica fundamental, como podemos ver em Collins.

O uso da interseccionalidade como ferramenta analítica promove, entendimentos mais amplos das identidades coletivas e da ação política. A identidade foi uma dimensão importante para o surgimento da interseccionalidade. Como forma de investigação e práxis críticas - é o caso, por exemplo, das negras brasileiras, que politizaram a identidade negra e feminina em uma sociedade que desvalorizava ambas as coisas (COLLINS, 2021, p. 187).

Dessa forma a interseccionalidade revela que o racismo e a transfobia atuam em conjunto, criando uma experiência de opressão que vai além da soma dessas duas formas de discriminação. Uma política pública inclusiva precisa reconhecer

essas especificidades, oferecendo serviços que levem em conta a realidade das/os adolescentes trans negras/os e indígenas, promovendo espaços de acolhimento culturalmente sensíveis e que combatam ativamente o racismo.

GÊNERO E VIOLÊNCIA: A VULNERABILIDADE DA JUVENTUDE TRANS FEMININA E NEGRA

A violência é uma constante na vida de muitas/os adolescentes transexuais, mas ela assume características particularmente alarmantes para jovens trans femininas e negras, que são alvos de uma violência que combina transfobia e misoginia. Adolescentes transexuais femininas, especialmente as negras, são vistas como duplamente desafiadoras para normas de gênero e de raça. No Brasil, onde a taxa de homicídios de pessoas trans é uma das mais altas do mundo, as jovens trans femininas negras estão em uma posição de extrema vulnerabilidade, sendo alvos frequentes de violência sexual, assédio e exploração.

Essa violência reflete uma estrutura social que desumaniza mulheres trans, especialmente negras, e reforça um ciclo de marginalização. Muitas dessas jovens vivem em contextos de desigualdade, onde enfrentam preconceitos e agressões em ambientes públicos, dentro de suas próprias famílias e nas instituições de ensino. A falta de políticas públicas de proteção e a ausência de uma rede de apoio eficaz tornam a juventude trans feminina negra especialmente suscetível à violência e à desigualdade social.

Para responder a essa realidade, uma política pública interseccional deve priorizar ações de segurança e proteção para adolescentes trans femininas e negras, incluindo a criação de abrigos específicos, linhas de denúncia e campanhas contra a violência de gênero e transfobia. A implementação de programas de empoderamento econômico e de incentivo à educação é igualmente fundamental, pois fortalece a autonomia dessas jovens e aumenta suas possibilidades de inserção social.

OPRESSÃO ESTRUTURAL E A NECESSIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS INTERSECCIONAIS

A análise interseccional das opressões múltiplas evidencia que as políticas públicas tradicionais, que tratam gênero, raça e classe de forma isolada, são insuficientes para lidar com a complexidade das experiências dos adolescentes transexuais. Sem considerar a sobreposição desses fatores, as políticas públicas falham em responder às necessidades específicas dos adolescentes trans que vivem sob múltiplas camadas de opressão. A falta de um olhar interseccional faz com que as iniciativas de inclusão deixem de alcançar os grupos mais vulneráveis, como adolescentes transexuais negras/os, indígenas, de baixa renda e moradoras/es de regiões periféricas.

A implementação de políticas interseccionais é, portanto, uma medida urgente e necessária. Esse tipo de abordagem reconhece a particularidade das experiências vividas por cada grupo e permite que as intervenções sejam moldadas para atender essas necessidades específicas. No contexto brasileiro, políticas interseccionais para adolescentes transexuais poderiam incluir programas de acolhimento educacional que combinem combate ao racismo e à transfobia, capacitação profissional para jovens trans de baixa renda, assistência psicológica especializada e descentralizada e medidas de proteção para adolescentes trans femininas e negras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das políticas públicas voltadas para adolescentes transexuais no Brasil revela uma série de lacunas e desafios que impedem a plena inclusão e o reconhecimento dessa população. Essas/es adolescentes enfrentam barreiras únicas em múltiplas esferas – saúde, educação, assistência social e segurança – que se agravam devido a fatores interseccionais como raça, classe social e localização geográfica. A abordagem interseccional, portanto, é essencial para compreender como essas camadas de opressão se sobrepõem, criando contextos de desigualdade complexos e distintos. Sem uma perspectiva que considere as experiências

específicas dessas/es adolescentes, as políticas públicas se mostram insuficientes, perpetuando ciclos de marginalização e vulnerabilidade.

A ausência de políticas abrangentes e interseccionais contribui para a manutenção de um contexto hostil, onde adolescentes transexuais, especialmente aquelas/es que são negras/os, indígenas ou de baixa renda, enfrentam grandes desafios para acessar direitos básicos. No ambiente educacional, por exemplo, muitas/os dessas/es adolescentes sofrem com a falta de preparo das instituições para lidar com a diversidade de gênero, o que gera altas taxas de evasão escolar.

No campo da saúde, a escassez de unidades especializadas e a falta de profissionais capacitadas/os limitam o acesso ao Processo Transexualizador e ao acompanhamento psicológico, o que coloca essas/es jovens em situação de risco. A ausência de proteção social para adolescentes trans em situação de vulnerabilidade familiar, que muitas vezes enfrentam rejeição ou abandono, também destaca a urgência de políticas de assistência social específicas.

A compreensão interseccional exige, por outro lado, uma transformação profunda nas estruturas de poder que governam a sociedade. A invisibilidade das/os adolescentes transexuais nos debates políticos e nas políticas públicas reflete um contexto mais amplo de negligência e desvalorização da diversidade de gênero e da juventude trans. Portanto, a criação de políticas públicas inclusivas deve envolver um processo coletivo de escuta, que inclua vozes das/os próprias/os adolescentes trans, bem como organizações LGBTQIAPN+ e de direitos humanos. Essas políticas não devem apenas atender a necessidades básicas, mas também promover uma mudança cultural que incentive a aceitação da diversidade, eduque a sociedade e combata a transfobia e o racismo.

Dada a complexidade das experiências dessas/es adolescentes, políticas públicas verdadeiramente efetivas precisam ser integradas, interseccionais e adaptáveis às especificidades regionais e culturais. Em um país de dimensões continentais como o Brasil, a descentralização dos serviços de saúde e assistência é essencial para que adolescentes trans em áreas rurais e periféricas também tenham acesso a cuidados especializados. Além disso, as políticas de inclusão no sistema

educacional devem ir além do simples reconhecimento do nome social e incluir estratégias de formação continuada para educadores, que promovam o respeito e acolhimento da diversidade de gênero.

O desenvolvimento de políticas interseccionais, que combatam as diversas formas de opressão, é um passo fundamental para garantir que adolescentes transexuais possam viver com dignidade e segurança. Essas políticas precisam não apenas lidar com as necessidades urgentes de inclusão e acolhimento, mas também criar condições para que essas/es adolescentes possam exercer sua cidadania plena e participar da sociedade em igualdade de condições. Somente assim será possível construir um Brasil igualitário, onde adolescentes transexuais não sejam invisibilizadas/os ou tratadas/os com desprezo, mas, sim, respeitadas/os em sua humanidade e diversidade.

Por fim, reconhecer e enfrentar as barreiras enfrentadas pelas/os adolescentes transexuais é fundamental para qualquer sociedade que se pretenda inclusiva e democrática. Essas barreiras não dizem respeito apenas aos desafios enfrentados por um grupo específico, mas revelam falhas estruturais em direitos humanos e cidadania que afetam toda a sociedade. Investir em políticas públicas inclusivas para adolescentes transexuais, portanto, não é apenas uma questão de justiça social, mas uma oportunidade de promover uma sociedade mais equitativa, onde a diversidade seja valorizada e respeitada em todas as suas formas, afirmando assim a luta contra todas as formas de opressão.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **Marxismo e questão étnico-racial: desafios contemporâneos** / Maria Beatriz Costa Abramides (org.) - São Paulo: EDUC, 2021.

ARANHA, Thiago Aparecido A. Santos (2023). **Violência Estrutural: Uma Análise das Violências contra Travestis e Transexuais na Cidade de São Paulo**. 2023. São Paulo SP.

ARREGUI, Carola C. **Pesquisa como princípio e condição para a construção de conhecimento e para o trabalho profissional**. In: ARREGUI, Carola C.; KOGA, Dirce

(Org.). Construção de conhecimentos em Serviço Social: entre periferias, territorialidades, narrativas, experiências e cartografias. São Paulo: EDUC, 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. "**Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color.**" *Stanford Law Review*, vol. 43, no. 6, pp. 1241-1299, 1991.

COLLINS. Patricia Hill e BILGE. Sirma. **Interseccionalidade**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

DE PAULA, Adeilson. **A importância das discussões de gêneros e sexualidades na educação: fortalecendo o combate ao conservadorismo.** *Revista Brasileira De Estudos Da Homocultura*, 2024.

FERFUSON, Susan. **Crianças, infância e capitalismo: uma perspectiva da reprodução social.** In: BHATTACHARYA, (org.). Teoria da reprodução social: remapear a classe, recentralizar a opressão. 1ª ed. São Paulo: Editora Elefante, 2023. Cap. 5, p. 181-207.
hooks, bell. "**Feminism is for Everybody: Passionate Politics.**" South End Press, 2000.

MONTEIRO de Oliveira, N. V., & Lopes de Souza, L. H. B. **Dissidências sexuais e de gênero frente o avanço conservador à brasileira: desproteção no Governo Bolsonaro e as particularidades do município de Natal/RN.** *Revista Brasileira De Estudos Da Homocultura*, 2024.

OLIVA, Thiago Dias. **O discurso de ódio contra as minorias sexuais e os limites à liberdade de expressão no Brasil.** Mestrado (Direitos Humanos) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2140/tde-14122015-093950/pt-br.php>. Acesso em: 10 out. 2024.

SOARES, Léa Gomes. In. **Marxismo e questão étnico-racial: desafios contemporâneos** / Maria Beatriz Costa Abramides (org.) - São Paulo: EDUC, 2021.

VILA NOVA, Adeildo. **Infância negra no Brasil, racismo, e violação de Direitos Humanos: a educação para as relações étnico-raciais e os desafios para uma educação antirracista.** In: SILVA, (org.). Infâncias e educação infantil e relações étnico-raciais: possibilidades e desafios nos 20 anos da lei 10.639/2003. 1ª ed. Petrolina: Editora IFSertãoPE, Cap. 4, p. 58-87, 2024.

Recebido em: 21/11/2024 | **Aceito em:** 22/12/2024 | **Publicado em:** 31/12/2024